RESPONSABILIDADE SOCIAL E EMPRESARIAL

AULA 1

Prof. Mauro Seigi Hashimoto

CONVERSA INICIAL

Os conteúdos aprofundados aqui trazem uma série de informações importantes, pois os desafios para alcançarmos um desenvolvimento sustentável são inúmeros.

Veremos a evolução histórica, os principais conceitos, teorias e modelos da Responsabilidade Social. Vamos entender o que é o Terceiro Setor e sua importância para a responsabilidade social. E, por fim, veremos que a sustentabilidade é o equilíbrio para suprir as necessidades humanas e ao mesmo tempo preservar os recursos naturais, para não comprometer as próximas gerações.

Bons estudos!

CONTEXTUALIZANDO

Os problemas ambientais são uma das maiores preocupações globais, e estão relacionados a uma série de questões como poluição do ar, da água e do solo, desmatamento, mudanças climáticas, perda de biodiversidade, entre outros. Esses problemas afetam diretamente a qualidade de vida das pessoas e a sobrevivência de diversas espécies animais e vegetais, bem como contribuem para agravar questões sociais e econômicas em todo o mundo.

As empresas têm um papel fundamental no desenvolvimento sustentável, já que são responsáveis por grande parte das emissões de gases de efeito estufa, consumo de recursos naturais, geração de resíduos e outros impactos ambientais negativos. Muitas empresas, no entanto, têm reconhecido a importância de atuar de forma responsável e sustentável, adotando práticas que minimizem esses impactos e contribuam para a preservação do meio ambiente e a melhoria das condições de vida das comunidades locais, é aí que surge a importância da Responsabilidade Social das Empresas.

A Responsabilidade Social Empresarial (RSE) está relacionada diretamente com o Terceiro Setor e a Sustentabilidade. A Responsabilidade Social é uma prática adotada pelas empresas para atender não só os objetivos econômicos, mas também as questões sociais e ambientais. A Responsabilidade Social nas empresas envolve ações que buscam minimizar impactos negativos e maximizar impactos positivos das atividades empresariais

na sociedade e no meio ambiente. Para isso, as empresas fazem parcerias com o Terceiro Setor.

O Terceiro Setor é composto por organizações sem fins lucrativos e atua em prol de causas sociais e ambientais. Essas organizações se tornaram importantes parceiras das empresas na promoção da Responsabilidade Social Empresarial, visando o desenvolvimento sustentável.

A sustentabilidade é um conceito que envolve a busca pela preservação dos recursos naturais e pela garantia de qualidade de vida para as gerações atuais e futuras. Ela se tornou uma preocupação global e tem sido incorporada cada vez mais na gestão empresarial, pois as empresas são grandes consumidoras de recursos naturais e possuem grande impacto na sociedade e no meio ambiente.

As três temáticas apresentadas estão interligadas, uma vez que a Responsabilidade Social Empresarial e o Terceiro Setor atuam visando a Sustentabilidade. As empresas, ao adotarem práticas sustentáveis, contribuem para a preservação do meio ambiente e para a melhoria da qualidade de vida da sociedade.

TEMA 1 – EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA RESPONSABILIDADE SOCIAL

A Responsabilidade Social Empresarial (RSE) tem uma evolução histórica complexa, pois decorre das transformações sociais e econômicas ocasionadas pela Revolução Industrial (final do século XVIII e início do século XIX). Nesse período a visão econômica da empresa era somente gerar lucro, e não havia uma preocupação em relação aos resíduos e à poluição que as fábricas e indústrias geravam. Somente no fim do século XIX e início do século XX é que tivemos algumas iniciativas de discussão sobre a responsabilidade das empresas.

Na década de 1950, as discussões sobre a Responsabilidade Social ainda eram muito incipientes e as ações estavam centradas na filantropia, com doações para instituições de caridade e projetos sociais. O grande marco desse período foi a publicação da obra: *Social Responsabilities of the Businessman* (Responsabilidade Social dos Homens de Negócios), de Howard R. Bowen, publicado em 1953. Bowen argumentou que os homens de negócios (empresas) deveriam assumir uma Responsabilidade Social que ia além do simples objetivo de maximização do lucro, reconhecendo seu papel como membros da sociedade

e contribuindo para o bem-estar da sociedade, buscando por ações e políticas que visem valores desejáveis pela sociedade.

Na década de 1960, houve uma crescente preocupação com o papel das empresas na sociedade, e com o impacto de suas ações no meio ambiente, na saúde e na segurança dos trabalhadores e consumidores, aumentaram as discussões sobre a Responsabilidade Social. Contudo, o economista Milton Friedman tinha um posicionamento contrário. Em 1962, Friedman publicou um artigo no *New York Times* falando sobre a ética do capitalismo e argumentou que o único objetivo da empresa deveria ser a maximização do lucro para os acionistas. Friedman criticava a Responsabilidade Social das empresas, pois ele acreditava que a ação social por parte dos administradores poderia arruinar as bases da sociedade livre.

Na década de 1970, devido à cobrança da sociedade, as empresas começaram a perceber que precisavam assumir uma postura mais ativa na resolução dos problemas sociais e ambientais que afetavam as comunidades em que as empresas estavam localizadas. Algumas empresas começaram a desenvolver políticas e práticas mais responsáveis, como a redução de emissões de poluentes, a reciclagem de resíduos, a promoção da diversidade e inclusão no local de trabalho, e a adoção de práticas comerciais éticas. Apesar dos pequenos avanços durante a década de 1970, muitas empresas ainda enfrentavam críticas por sua falta de compromisso com a Responsabilidade Social. O fato é que apenas um pequeno número de empresas se preocupou com questões sociais e ambientais, enquanto a maioria continuou a operar com um foco exclusivo no lucro.

Um fato importante deste período é que, em 1979, o acadêmico americano Archie Carroll propôs um modelo de Responsabilidade Social Empresarial que se tornou uma das abordagens mais influentes para entender a relação entre as empresas e a sociedade. O modelo de Carroll foi baseado em quatro tipos diferentes de responsabilidades que as empresas têm em relação à sociedade, conhecidas como "as quatro áreas de Responsabilidade Social", que são: econômica; legal; ética; e filantrópica.

Na década de 1980, a Responsabilidade Social continuou a ser uma questão importante e em evolução para empresas em todo o mundo. Uma das principais tendências da época foi a globalização das empresas e a crescente interconexão da economia mundial. Isso levou as empresas a enfrentar novas

responsabilidades em relação às comunidades locais e globais em que operam, bem como às questões sociais e ambientais que transcendem fronteiras nacionais. Além disso, a década de 1980 foi marcada por um aumento na conscientização pública sobre questões ambientais, incluindo mudanças climáticas, poluição e desmatamento. Isso levou muitas empresas a adotar práticas mais responsáveis em relação ao meio ambiente, como a redução de emissões de gases de efeito estufa e o uso de energia renovável.

Na década de 1990, a Responsabilidade Social ficou em evidência e uma das principais razões foi a globalização da economia. Com a expansão do comércio internacional, as empresas se tornaram mais conscientes de sua reputação e imagem pública, e perceberam que a adoção de práticas responsáveis poderia ser uma vantagem competitiva. Além disso, o surgimento da internet e das mídias sociais no final da década de 1990 permitiu que as empresas fossem responsabilizadas por suas práticas, e aumentou a pressão por transparência e responsabilidade.

Durante este período, a Responsabilidade Social evoluiu de uma abordagem baseada em filantropia e caridade para uma abordagem mais estratégica e integrada. As empresas começaram a perceber que a Responsabilidade Social não era apenas uma questão de fazer o bem, mas também de gerar valor para o negócio. Na década de 1990 também surgiram várias iniciativas globais de Responsabilidade Social, como o Pacto Global das Nações Unidas e as diretrizes da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) para empresas multinacionais. Essas iniciativas forneceram diretrizes e normas para as empresas adotarem práticas responsáveis em todo o mundo.

No entanto, apesar dos avanços na Responsabilidade Social durante a década de 1990, ainda havia muitas críticas e desafios para as empresas. Algumas organizações não governamentais argumentaram que as empresas estavam se concentrando mais na imagem pública do que na implementação efetiva de práticas responsáveis, enquanto outras criticaram a falta de regulamentação governamental para garantir a Responsabilidade Social das empresas.

No século XXI, anos 2000 até a atualidade, representou uma nova era para a Responsabilidade Social, com a adoção cada vez mais ampla de práticas sustentáveis e responsáveis pelas empresas em todo o mundo.

Uma das principais mudanças na Responsabilidade Social durante este período foi a maior integração de questões sociais e ambientais na estratégia de negócios das empresas. As empresas começaram a perceber que a Responsabilidade Social não era apenas uma questão de reputação e imagem pública, mas também uma questão de gerenciamento de riscos e oportunidades de negócios.

A crescente conscientização sobre as mudanças climáticas e a necessidade de reduzir as emissões de gases de efeito estufa levaram muitas empresas a adotar práticas ambientais mais sustentáveis, como a redução do consumo de energia, o uso de fontes renováveis de energia e a implementação de programas de gestão de resíduos.

As questões sociais também se tornaram cada vez mais importantes para as empresas durante este período. Muitas empresas adotaram práticas de Responsabilidade Social voltadas para a promoção da diversidade, inclusão e igualdade de oportunidades no local de trabalho, além de iniciativas de engajamento comunitário e filantropia.

O surgimento de novas tecnologias também influenciou a Responsabilidade Social durante este período. A adoção de tecnologias como a internet e a Inteligência Artificial (IA) permitiu que as empresas monitorassem e gerenciassem suas operações de forma mais eficiente e responsável, além de permitir a criação de novos produtos e serviços sustentáveis.

Além disso, a crescente pressão da sociedade, dos consumidores e dos investidores por transparência e responsabilidade levou muitas empresas a elaborarem relatórios de sustentabilidade e a se submeterem a auditorias externas para garantir a conformidade com normas e padrões de Responsabilidade Social.

Durante as últimas décadas, também houve um aumento na colaboração entre as empresas e outras partes interessadas, como organizações não governamentais, governos e comunidades locais, para enfrentar questões sociais e ambientais. Isso incluiu a formação de parcerias público-privadas e a participação em iniciativas globais de sustentabilidade, como os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas.

TEMA 2 – CONCEITOS, TEORIAS E MODELOS I

Entender o que é a Responsabilidade Social Empresarial (RSE) é fundamental, pois, à medida que as empresas crescem e se tornam cada vez mais poderosas, é importante que elas sejam responsáveis e considerem o impacto de suas ações na sociedade e no meio ambiente. A Responsabilidade Social Empresarial permite que as empresas criem valor compartilhado com todas as partes interessadas envolvidas em suas operações, incluindo clientes, funcionários, fornecedores, comunidades locais e governos.

Em uma perspectiva geral, o conceito de Responsabilidade Social Empresarial se refere ao compromisso de uma empresa em conduzir suas atividades de forma ética e sustentável, levando em consideração o bem-estar da sociedade e do meio ambiente em que opera, além de seus objetivos financeiros.

O Livro Verde da Comissão das Comunidades Europeias diz que a maioria das definições descreve a Responsabilidade Social Empresarial como "a integração voluntária de preocupações sociais e ambientais das empresas em suas operações comerciais e em seu relacionamento com suas partes interessadas" (CCE, 2001, p. 7). Em outras palavras, a Responsabilidade Social Empresarial envolve a incorporação voluntária de preocupações sociais e ambientais nas atividades de negócios e na forma como a empresa se relaciona com seus funcionários, clientes, fornecedores, comunidades locais e outros grupos interessados.

O Livro Verde também destaca que a Responsabilidade Social Empresarial não é apenas uma questão de filantropia ou caridade, mas sim uma parte integrante das atividades empresariais e deve ser considerada em todos os níveis de tomada de decisão. Além disso, a Responsabilidade Social Empresarial deve ser baseada em princípios como transparência, diálogo com as partes interessadas, respeito pelos direitos humanos e trabalhistas, proteção ambiental e combate à corrupção. Por isso a Responsabilidade Social Empresarial deve ser vista como uma contribuição para o desenvolvimento sustentável da sociedade em geral, e não apenas para a vantagem comercial da empresa.

Sobre a Responsabilidade Social Empresarial podemos citar alguns autores que contribuíram com o desenvolvimento de teorias e modelos, os principais são: Milton Friedman (teoria dos acionistas); Edward Freeman (teoria

dos stakeholders); Archie Carroll (pirâmide dos quatro níveis de Responsabilidade Social); John Elkington (modelo *Triple Bottom Line*):

2.1 Milton Friedman e a Teoria dos Acionistas

Milton Friedman foi um economista americano que defendeu a Teoria dos Acionistas. Ele apresentou sua teoria no artigo intitulado "*The Social Responsibility of Business is to Increase its Profits*" (A responsabilidade social dos negócios é aumentar seus lucros), publicado na revista The New York Times Magazine, em 1970.

A Teoria dos Acionistas é uma teoria administrativa que argumenta que a principal responsabilidade das empresas é maximizar o valor para seus acionistas, ou seja, garantir o retorno financeiro aos investidores que detêm participação na empresa. Essa teoria sugere que a tomada de decisões deve ser orientada pelo objetivo de maximizar os lucros e aumentar o valor de mercado da empresa.

De acordo com Friedman (1970), a única responsabilidade social das empresas é maximizar o lucro para seus acionistas. Ele ainda afirmou que a responsabilidade social empresarial é uma falácia, pois as empresas já são responsáveis socialmente quando geram empregos, pagam impostos e produzem bens e serviços que atendem às necessidades dos consumidores. Ele argumentava que os acionistas são os verdadeiros donos das empresas e, portanto, as empresas devem trabalhar exclusivamente em seu benefício.

A Teoria dos Acionistas tem sido criticada por muitos estudiosos e empresários por não considerar a importância das questões sociais e ambientais na gestão empresarial. Além disso, a maximização do lucro a todo custo pode levar a práticas antiéticas e ilegais, como a exploração de trabalhadores e o desrespeito ao meio ambiente. No entanto, a ideia de que as empresas devem gerar lucro para seus acionistas ainda é amplamente aceita por muitos empresários e investidores.

2.2 Edward Freeman e a Teoria dos Stakeholders

Edward Freeman, filósofo americano, desenvolveu a Teoria dos Stakeholders. Ele apresentou esta teoria em seu livro “*Strategic management: a*

stakeholder approach" (Gestão estratégica: uma abordagem de stakeholders), publicado em 1984.

A Teoria dos Stakeholders argumenta que as empresas não devem se concentrar apenas em maximizar o lucro para os acionistas, mas devem considerar os interesses de todas as partes interessadas (stakeholders) envolvidas em suas operações, incluindo clientes, funcionários, fornecedores, comunidade e meio ambiente.

Segundo Freeman (1984), as empresas têm uma responsabilidade social para com seus stakeholders, pois eles são afetados pelas ações e decisões da empresa. Portanto, as empresas devem buscar um equilíbrio entre os interesses dos acionistas e dos stakeholders, buscando criar valor para todas as partes envolvidas.

A Teoria dos Stakeholders tem sido amplamente adotada como uma abordagem mais abrangente para a gestão empresarial, pois reconhece que as empresas têm um papel importante na sociedade e devem considerar as implicações sociais e ambientais de suas operações. Além disso, a teoria incentiva a colaboração e o diálogo entre as partes interessadas, o que pode levar a soluções mais eficazes e sustentáveis para os desafios enfrentados pelas empresas.

TEMA 3 – CONCEITOS, TEORIAS E MODELOS II

3.1 Archie Carroll e a Pirâmide de Responsabilidade Social

Archie Carroll, autor americano, desenvolveu a Pirâmide de Responsabilidade Social, um modelo que apresenta as diferentes áreas de Responsabilidade Social Empresarial em forma de uma pirâmide hierárquica. A pirâmide foi apresentada no artigo intitulado: "*The Pyramid of Corporate Social Responsibility*", publicado em 1991.

Segundo Carroll (1991), a Pirâmide de Responsabilidade Social é composta por quatro níveis de responsabilidade: econômica, legal, ética e filantrópica. Cada nível que está sobre o anterior representa um grau crescente de responsabilidade social.

1. **Responsabilidade econômica:** é o primeiro nível (base da pirâmide), a responsabilidade social da empresa é gerar lucros e garantir a sobrevivência financeira da empresa, atendendo às expectativas dos

acionistas e fornecedores. Este é o nível mais básico de responsabilidade social empresarial, que envolve a obrigação de uma empresa de produzir bens e serviços lucrativos. As empresas devem fornecer produtos e serviços de qualidade a preços razoáveis, bem como gerar empregos e lucros para os acionistas.

2. **Responsabilidade legal:** é o segundo nível. A empresa deve cumprir suas obrigações legais, ou seja, as empresas também têm a responsabilidade de cumprir todas as leis e regulamentos aplicáveis em sua área de atuação. Isso inclui as leis trabalhistas, ambientais, fiscais e outras regulamentações que regem suas operações.
3. **Responsabilidade ética:** é o terceiro nível. Trata-se da responsabilidade social empresarial que envolve comportamentos e práticas empresariais moralmente corretos. Isso inclui a adoção de práticas empresariais justas, a não discriminação, a não corrupção, a responsabilidade com a saúde e a segurança do consumidor, a promoção da diversidade e da inclusão, entre outras práticas. Ou seja, inclui comportamentos e ações que vão além das obrigações legais e regulatórias, como o respeito aos direitos dos trabalhadores, a promoção de relações justas com os fornecedores e a proteção do meio ambiente.
4. **Responsabilidade filantrópica:** é o quarto nível, o mais alto de responsabilidade social empresarial. Ele envolve o compromisso de contribuir para a sociedade além do que é exigido por lei ou ética. As empresas podem realizar doações de caridade, programas de voluntariado, apoio a causas sociais, entre outras iniciativas sociais.

O modelo de Carroll sugere que a Responsabilidade Social Empresarial é uma questão complexa que abrange várias dimensões e níveis de responsabilidade. As empresas devem trabalhar para atender a todas essas expectativas, equilibrando as demandas dos acionistas com as necessidades das partes interessadas e da sociedade em geral.

3.2 John Elkington e o modelo *Triple Bottom Line*

John Elkington, empresário britânico, desenvolveu o modelo *Triple Bottom Line* (TBL), que enfatiza a importância de medir o desempenho empresarial não apenas em termos financeiros, mas também em termos ambientais e sociais.

Este modelo foi apresentado no livro "*Cannibals with Forks: The Triple Bottom Line of 21st Century Business*" (Canibais com Garfos: O *Triple Bottom Line* dos Negócios do Século XXI), publicado em 1997.

Segundo Elkington (1997), o *Triple Bottom Line* é uma estrutura de relato que leva em consideração não apenas o desempenho financeiro de uma empresa, mas também seus impactos sociais e ambientais. O termo "*Triple Bottom Line*" se refere aos três pilares de sustentabilidade: econômico, social e ambiental. A ideia é que uma empresa deve ser avaliada não apenas pelo seu lucro, mas também pelo seu impacto positivo ou negativo nas pessoas e no planeta.

O *Triple Bottom Line* é amplamente adotado como uma abordagem para a responsabilidade social empresarial, e muitas empresas usam essa estrutura de relato em seus relatórios anuais de sustentabilidade. Por isso, o modelo *Triple Bottom Line* é considerado uma ferramenta valiosa para ajudar as empresas a equilibrar suas responsabilidades financeiras, sociais e ambientais e se tornarem mais sustentáveis.

Agora vamos ver o que é o Modelo dos Três Pilares, que não deve ser confundido com o *Triple Bottom Line.*

3.3 Modelo dos Três Pilares

O Modelo dos Três Pilares foi criado pela Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento da ONU em 1987, no relatório "*Our Common Future*" (Nosso Futuro Comum), conhecido como Relatório Brundtland.

Este modelo diz que a Responsabilidade Social Empresarial é a interação entre três pilares: econômico, social e ambiental. As empresas devem equilibrar suas metas financeiras com a responsabilidade social e a proteção ambiental.

Segundo o Modelo dos Três Pilares, a sustentabilidade só é possível se houver um equilíbrio entre essas três dimensões, que são representadas como pilares. O pilar econômico refere-se à prosperidade econômica, à geração de renda e à criação de empregos. O pilar social está relacionado à justiça social, à inclusão e ao respeito aos direitos humanos. Já o pilar ambiental diz respeito à conservação dos recursos naturais, à preservação da biodiversidade e à redução da poluição.

Embora o Modelo dos Três Pilares e o *Triple Bottom Line* tenham abordagens semelhantes em relação à avaliação do desempenho empresarial de forma mais ampla e equilibrada, eles diferem em alguns aspectos.

O Modelo dos Três Pilares enfatiza a importância do desenvolvimento sustentável e introduziu o conceito de Responsabilidade Social Corporativa (RSC). Ele defende que as empresas têm uma responsabilidade não só econômica, mas também social e ambiental, e que todas essas dimensões devem ser consideradas no processo de tomada de decisão.

Já o *Triple Bottom Line* aborda a ideia de que as empresas devem avaliar seu desempenho financeiro, ambiental e social de forma integrada, considerando as três "linhas de fundo". Ele se concentra em medir o desempenho da empresa de acordo com três dimensões principais: lucro financeiro, impacto ambiental e impacto social.

Resumindo, o Modelo dos Três Pilares destaca a importância da responsabilidade social e do desenvolvimento sustentável, o *Triple Bottom Line* tem um enfoque mais centrado na avaliação do desempenho financeiro, ambiental e social de forma integrada. Ambos os conceitos têm sido amplamente adotados por empresas e organizações como ferramentas para aprimorar a gestão empresarial e promover um desempenho mais sustentável e responsável.

TEMA 4 – TERCEIRO SETOR

A Responsabilidade Social Empresarial (RSE) é uma abordagem cada vez mais importante para as empresas que buscam alinhar seus objetivos com o bem-estar da sociedade e do meio ambiente em que atuam. Nesse contexto, o Terceiro Setor tem um papel fundamental, atuando em áreas que muitas vezes não são atendidas pelo setor público ou privado. A colaboração entre empresas e organizações do terceiro setor pode ter um impacto significativo na sociedade e no meio ambiente, promovendo uma abordagem mais responsável e sustentável para os negócios.

E o que é o Terceiro Setor?

O Terceiro Setor é uma das três categorias de atividades econômicas e sociais em uma sociedade. Os países democráticos, em sua organização social, estruturaram as atividades econômicas e sociais em três setores.

- **Primeiro Setor:** é o Setor Público, composto por organizações que são de propriedade do Estado e operam em nome do bem-estar geral da sociedade. É o Estado federal, os governos estatuais, os municípios, as agências reguladoras e organizações públicas que fornecem serviços públicos como saúde, educação e segurança. As atividades do setor público são financiadas por meio de impostos e outras receitas do governo.
- **Segundo Setor:** é o Setor Privado, composto por organizações que são de propriedade privada e operam com fins lucrativos. São as empresas privadas de pequeno, médio e grande porte em diversos setores como varejo, serviços financeiros, tecnologia e manufatura. As atividades do setor privado são financiadas por meio de capital privado, como investimentos de proprietários, acionistas e outros investidores.
- **Terceiro Setor:** é o Setor Sem Fins Lucrativos, composto por organizações que não têm fins lucrativos e se dedicam a causas sociais, culturais, educacionais ou ambientais. São as organizações não governamentais (ONGs), associações, fundações e institutos voltados à educação e pesquisa. As atividades do setor sem fins lucrativos são financiadas por meio de doações, subsídios, patrocínios e outras formas de financiamento externo.

Vamos entender um pouco mais sobre o Terceiro Setor?

A origem do Terceiro Setor remonta ao final do século XIX e início do século XX, quando surgiram as primeiras organizações não governamentais (ONGs) e filantrópicas na Europa e nos Estados Unidos. Nesse período, a sociedade civil começou a se mobilizar para enfrentar problemas sociais decorrentes da industrialização e do crescimento urbano, tais como a pobreza, a falta de moradia, a fome e a exclusão social.

No Brasil, o Terceiro Setor começou a se desenvolver de forma mais consistente a partir da década de 1980, em um contexto de redemocratização e de ampliação das demandas sociais. Nesse período, diversas organizações da sociedade civil foram criadas para atuar em áreas como saúde, educação, meio ambiente, cultura, entre outras.

Um dos marcos importantes para o desenvolvimento do Terceiro Setor no Brasil foi a promulgação da Constituição Federal de 1988, que reconheceu a importância das organizações da sociedade civil e estabeleceu mecanismos de

incentivo e de apoio ao seu funcionamento. Além disso, a partir da década de 1990 foram elaboradas leis específicas que regulamentam Terceiro Setor e as atividades das organizações sem fins lucrativos. As principais são:

- Lei n. 9.790/1999: instituiu as OSCs (Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público) e estabeleceu as regras para sua criação, funcionamento, controle e extinção.
- Lei n. 13.019/2014: regulamentou as parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, estabelecendo as regras para a celebração, execução, acompanhamento e prestação de contas desses instrumentos.
- Lei n. 12.101/2009: regulamentou a certificação das OSCs como entidades beneficentes de assistência social, definindo as regras para a obtenção e manutenção do certificado e para a aplicação dos benefícios fiscais e tributários correspondentes.
- Lei n. 13.204/2015: alterou a Lei n. 9.790/1999 para aprimorar a legislação sobre as OSCs, ampliando as possibilidades de obtenção de recursos públicos e privados e estabelecendo regras mais claras para a gestão financeira das entidades.
- Lei n. 9.637/1998: instituiu as OSs (Organizações Sociais) e estabeleceu as regras para sua criação, funcionamento, controle e extinção, bem como suas áreas de atuação e suas obrigações em relação ao cumprimento das políticas públicas.

É bom saber que no Brasil, atualmente, é mais comum utilizar o termo "OSC" (Organização da Sociedade Civil) do que “ONG” (Organização Não Governamental) para se referir às organizações sem fins lucrativos que atuam no Terceiro Setor. Isso ocorreu em decorrência da Lei n. 13.019/2014, que regulamentou as parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil e adotou o termo "OSC" para se referir a essas entidades. No entanto, ainda é possível encontrar o uso do termo "ONG" em alguns contextos.

As organizações do Terceiro Setor são caracterizadas por serem independentes do Estado e do setor privado, mas atuam em parceria com eles. Elas são mantidas por doações, contribuições voluntárias, convênios, patrocínios, entre outras formas de financiamento, e são administradas por um conjunto de dirigentes voluntários e profissionais, que têm como missão garantir o cumprimento dos objetivos sociais da organização.

E quais são as principais características que as organizações do Terceiro Setor possuem?

Podemos citar cinco características comuns entre as organizações do Terceiro setor e que são importantes saber:

1. **Finalidade pública:** as organizações do Terceiro Setor possuem uma finalidade pública, ou seja, suas atividades são direcionadas ao atendimento de necessidades sociais e comunitárias.
2. **Não distribuição de lucros:** as organizações do Terceiro Setor não visam o lucro financeiro e não distribuem seus resultados ou excedentes entre seus membros, diretores ou fundadores.
3. **Autonomia:** as organizações do Terceiro Setor possuem autonomia para definir suas políticas, objetivos e estratégias, e não estão sujeitas a interferências políticas ou econômicas externas.
4. **Participação voluntária:** a maioria das pessoas envolvidas com as organizações do Terceiro Setor são voluntárias, dedicando seu tempo, conhecimento e habilidades para a realização das atividades da organização.
5. **Responsabilidade social:** as organizações do Terceiro Setor têm uma forte responsabilidade social, pois atuam em áreas e problemas que não são totalmente atendidos pelos demais setores, buscando promover o bem-estar da sociedade como um todo.

Essas características são fundamentais para a compreensão do papel do Terceiro Setor na sociedade, pois este setor atende as necessidades sociais e comunitárias não atendidas pelos setores público e privado. É fundamental reconhecer a importância dessas organizações para a construção de uma sociedade mais justa e solidária, e apoiar suas iniciativas em prol de causas sociais e ambientais, lembrando que essas organizações se tornaram importantes parceiras das empresas na promoção da Responsabilidade Social Empresarial, visando o desenvolvimento sustentável

TEMA 5 – SUSTENTABILIDADE

O meio ambiente vem sendo alvo de inúmeras discussões, sobretudo no que se refere ao impacto que nós, seres humanos, podemos causar nele por meio de nossas ações positivas ou negativas. No entanto, a interdependência

entre o homem e a natureza deve ser observada e avaliada como ponto fundamental para compreendermos que o bem-estar humano depende, inevitavelmente, da mútua colaboração e respeito de um pelo outro.

Durante muitos anos foi difícil compreender a relação indissociável que existe entre o meio ambiente e o ser humano. Se formos buscar na história da humanidade e do pensamento ocidental, notaremos que essa consciência era implícita e que, portanto, fazia parte da sobrevivência do homem. Passamos a olhar o ambiente que nos cerca apenas como um fornecedor de matérias-primas, apresentando uma visão utilitarista e de supremacia. A consequência desse afastamento foi o grande pilar para a geração dos problemas ambientais que observamos na atualidade, daí surgiram as discussões sobre a Sustentabilidade.

A Sustentabilidade tem origem na preocupação com a conservação dos recursos naturais e a preservação do meio ambiente, que ganhou destaque a partir da década de 1960, com o crescimento da consciência ambiental e dos movimentos sociais. O primeiro grande marco na história da sustentabilidade foi a publicação do livro "Primavera Silenciosa", em 1962, da bióloga americana Rachel Carson. A obra alertava sobre os impactos negativos da utilização indiscriminada de pesticidas na agricultura, contribuindo para o surgimento do movimento ambientalista.

A década de 1970 foi um período de intensa preocupação com a problemática ambiental, em contraposição ao modelo de desenvolvimento então vigente, baseado no "progresso" e na exploração intensiva dos recursos naturais. Nessa época, começaram a surgir os primeiros movimentos ambientalistas, que denunciavam a degradação do meio ambiente e defendiam a necessidade de uma abordagem mais equilibrada e sustentável do desenvolvimento. Entre as principais questões ambientais que surgiram na década de 1970, destacam-se as que se seguem.

- **Poluição do ar e das águas:** a industrialização e o crescimento urbano acelerado geraram uma grande quantidade de poluentes, que afetavam a qualidade do ar e das águas, prejudicando a saúde das pessoas e a biodiversidade dos ecossistemas.
- **Desmatamento e destruição de habitats:** a expansão da agropecuária e da mineração provocou o desmatamento de vastas áreas florestais e a destruição de habitats naturais, ameaçando a sobrevivência de muitas espécies animais e vegetais.

- **Esgotamento de recursos naturais:** a exploração intensiva de recursos naturais, como petróleo, gás, minerais e madeira, gerava um esgotamento gradual desses recursos, o que poderia levar a uma crise energética e econômica.

Foi a partir da década de 1970 que a preocupação com a sustentabilidade e a preservação do meio ambiente se tornou cada vez mais importante, levando a um debate público internacional. Com isso, tivemos o início das conferências internacionais, que foram realizadas para discutir questões relacionadas à sustentabilidade e definir estratégias para a promoção do desenvolvimento sustentável em todo o mundo.

Conferência de Estocolmo: em 1972, tivemos a primeira Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, em Estocolmo, Suécia. Foi a primeira grande conferência internacional sobre o meio ambiente e marcou o início do debate global sobre a necessidade de proteger o meio ambiente. Estabeleceu a importância da proteção do meio ambiente e da conservação dos recursos naturais para o bem-estar das pessoas e a sobrevivência do planeta.

Relatório Brundtland: em 1987, a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento da ONU publicou o Relatório Brundtland, “Nosso Futuro Comum”, que definiu o conceito de desenvolvimento sustentável como "aquele que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem as suas próprias necessidades".

Neste ponto é importante entender que Sustentabilidade e Desenvolvimento Sustentável são conceitos relacionados, mas não são sinônimos.

Sustentabilidade é a capacidade de uma sociedade ou sistema de manter a qualidade de vida das pessoas e do meio ambiente ao longo do tempo, garantindo o equilíbrio entre o desenvolvimento econômico, social e ambiental, sem comprometer as necessidades das gerações presentes e futuras. Quando falamos em Sustentabilidade, é importante saber que ela possui três dimensões interdependentes: ambiental, social e econômica.

- Dimensão ambiental: envolve a preservação e o uso sustentável dos recursos naturais, a proteção da biodiversidade e a redução da poluição e dos impactos negativos no meio ambiente.

- Dimensão social: envolve questões de equidade, inclusão, justiça social, respeito aos direitos humanos, acesso à saúde, educação, cultura e segurança, bem como a promoção do bem-estar das comunidades e a participação ativa da sociedade.
- Dimensão econômica: envolve o desenvolvimento de uma economia que seja socialmente justa, ambientalmente responsável e economicamente viável, com a promoção da inovação tecnológica, da eficiência energética, do comércio justo e do desenvolvimento sustentável.

O Desenvolvimento Sustentável, por sua vez, é um processo de desenvolvimento que busca garantir a sustentabilidade, ou seja, a capacidade de satisfazer as necessidades das gerações presentes sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem suas próprias necessidades. Ou seja, o Desenvolvimento Sustentável busca conciliar as dimensões social, ambiental e econômica, promovendo o crescimento econômico, a inclusão social, a proteção ambiental e a utilização eficiente dos recursos naturais.

Rio 92: em 1992, tivemos a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento no Rio de Janeiro, Brasil. Conhecida como "Rio 92" e “Cúpula da Terra”, essa conferência reuniu líderes mundiais para discutir a promoção do desenvolvimento sustentável e a proteção do meio ambiente. Foi nessa conferência que foi adotada a Agenda 21, um plano de ação global para o desenvolvimento sustentável, que estabelece uma série de medidas a serem adotadas por governos, organizações internacionais e sociedade civil para promover a sustentabilidade ambiental, social e econômica em todo o mundo.

Figura 1 – Agenda 21 - Os 8 Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM).



Fonte: Secretaria de Governo.

Rio+20: em 2012, tivemos a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável no Rio de Janeiro, Brasil. Essa conferência marcou o 20º aniversário da Rio 92 e reuniu líderes mundiais para discutir questões relacionadas à sustentabilidade e definir novas estratégias para o desenvolvimento sustentável.

Cúpula de Desenvolvimento Sustentável: em 2015, ocorreu na sede da Organização das Nações Unidas (ONU), em Nova York, a Cúpula de Desenvolvimento Sustentável, em que foram definidos os novos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável são um conjunto de 17 metas globais para promover a sustentabilidade ambiental, social e econômica em todo o mundo, a serem alcançadas até 2030.

Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável incluem metas como a erradicação da pobreza, a promoção da igualdade de gênero, o combate às mudanças climáticas, a redução das desigualdades sociais e econômicas, a proteção da biodiversidade, entre outras. Cada Objetivo de Desenvolvimento Sustentável é composto por um conjunto de metas específicas e indicadores que servem para monitorar o progresso em sua implementação.

Figura 2 – Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)



Fonte: Nações Unidas Brasil.

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável substituíram os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), que foram estabelecidos em 2000 e tinham como objetivo principal reduzir a pobreza e promover o desenvolvimento humano em todo o mundo. Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) são mais abrangentes e incluem uma ampla gama de questões relacionadas à

sustentabilidade, refletindo a importância crescente que essas questões têm na agenda global.

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável representam um importante compromisso global para promover a sustentabilidade em escala mundial, e que conta com a ação conjunta de governos, organizações internacionais, sociedade civil e setor privado para serem alcançados até 2030.

TROCANDO IDEIAS

O Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social é uma organização sem fins lucrativos criada em 1998, no Brasil, com o objetivo de mobilizar as empresas para a adoção de práticas socialmente responsáveis e sustentáveis. O instituto Ethos atua como uma rede de empresas e organizações comprometidas com a promoção da ética e da responsabilidade social nos negócios. Para isso, desenvolve projetos e iniciativas para fomentar a adoção de práticas sustentáveis, como a construção de indicadores de sustentabilidade, a criação de guias e manuais para a gestão sustentável das empresas e a realização de eventos e fóruns de discussão sobre o tema.

Para se aprofundar mais no assunto, veja a notícia sobre Gestão Sustentável: “Descubra os benefícios em trabalhar na cadeia de valor da sua empresa”. Disponível em: <https://www.ethos.org.br/cedoc/descubra-os-beneficios-em-trabalhar-na-cadeia-de-valor-da-sua-empresa/>. Acesso em: 10 mar. 2023.

NA PRÁTICA

Estudo de caso: faça uma análise do programa de reciclagem de embalagens, chamado "**Boti Recicla**", da empresa o Boticário. Esse programa tem como objetivo incentivar a população a reciclar as embalagens de produtos de beleza, além de promover a educação ambiental e conscientização sobre o impacto do descarte inadequado de resíduos. Disponível em: <https://www.boticario.com.br/boti-recicla/>. Acesso em: 5 abr. 2023.

Analise como o programa foi implementado, quais os resultados obtidos até o momento, as parcerias estabelecidas para a coleta e reciclagem das embalagens, a estratégia de comunicação utilizada para incentivar a participação dos consumidores, entre outros aspectos relevantes.

Avalie o impacto do programa na imagem da empresa em termos de Responsabilidade Social, bem como o seu potencial para estimular outras empresas do setor a adotarem práticas mais sustentáveis.

FINALIZANDO

Vimos a Evolução histórica, os principais conceitos, teorias e modelos da Responsabilidade Social. Também entendemos que a Responsabilidade Social Empresarial (RSE) está relacionada diretamente com o Terceiro Setor e a Sustentabilidade. Assim, vimos o que é o Terceiro Setor e sua importância para a Responsabilidade Social. Vimos que o Terceiro Setor é composto por organizações sem fins lucrativos e atua em prol de causas sociais e ambientais. Essas organizações se tornaram importantes parceiras das empresas na promoção da Responsabilidade Social Empresarial, visando o desenvolvimento sustentável.

E, por fim, vimos que a Sustentabilidade é o equilíbrio para suprir as necessidades humanas e ao mesmo tempo preservar os recursos naturais, para não comprometer as próximas gerações. Assim, temos os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, que representam um importante compromisso global para promover a sustentabilidade em escala mundial, contando com a ação conjunta de governos, organizações internacionais, sociedade civil e setor privado para serem alcançados até 2030.

REFERÊNCIAS

BARBIERI, J. C. **Responsabilidade social empresarial e empresa sustentável:** da teoria à prática. São Paulo: Saraiva, 2016.

CARROLL, A. B. The pyramid of corporate social responsibility: toward the moral management of organizational stakeholders. **Business Horizons**, v. 34, p. 39-48, jul.-ago. 1991. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/000768139190005G>. Acesso em: 10 mar. 2023.

CCE. Comissão das Comunidades Europeias. **Livro verde:** promover um quadro europeu para a responsabilidade social das empresas. Bruxelas, 2001. Disponível em: <https://www.europarl.europa.eu/meetdocs/committees/empl/20020416/doc05a_pt.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2023.

ELKINGTON, J. **Cannibals with forks:** the triple bottom line of 21st century business. Oxford: Capstone, 1997.

FREEMAN, R. E. **Strategic management:** a stakeholder approach. Boston: Pitman, 1984. Disponível em: <https://archive.org/details/strategicmanagem00free/page/n1/mode/1up>. Acesso em: 10 mar. 2023.

FRIEDMAN, M. **The social responsibility of business is to increase its profits** (A responsabilidade social dos negócios é aumentar seus lucros). The New York Times Magazine, 1970. Disponível em: <https://www.nytimes.com/1970/09/13/archives/a-friedman-doctrine-the-social-responsibility-of-business-is-to.html>. Acesso em: 10 mar. 2023.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. **A ONU e o meio ambiente**, 16 set. 2020. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/91223-onu-e-o-meio-ambiente>. Acesso em: 10 mar. 2023.